



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Depósitos

BPN teve perdas de mil milhões

A administração do BPN calcula em mil milhões de euros as perdas em depósitos a prazo, tendo apresentado um plano para limitar essa quebra a 197,2 milhões de euros até ao final do ano. A nova administração espera "alcançar em 2011 os indicadores médios do mercado" em clientes e volume de negócios.



Opinião

Votamos Freeport ou BPN?



MÁRIO CRESPO
JORNALISTA

Em Portugal, para os que gostam de grandes superfícies, nos próximos processos eleitorais só há duas opções. Ou votam Freeport ou votam BPN. Qualquer das escolhas é arriscada. A mais incerta, nesta altura, ainda é o BPN. Sabe-se que começa algures entre perdões fiscais num governo de Cavaco Silva, mas depois o rasto vai-se perdendo entre offshores e quadros de Miró, numa teia de descrições absurdas. Mas na investigação parlamentar do BPN há um elemento comum que tem transitado de sessão para sessão: o quase mutismo dos partidos do bloco central de interesses.

Os registos da comissão mostram que apesar das monstruosidades já apuradas os dois grandes partidos da democracia portuguesa anulam-se em silêncios comprometidos e questões irrelevantes, en-

OS MAIORES partidos estão hoje intimamente ligados aos maiores escândalos da história do Portugal democrático. E isso nota-se

quanto CDS, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português mantêm a pressão que tem empurrado os declarantes para a velha tática de defesa ensinada por Richard Nixon aos seus cúmplices no Watergate. “Respon-

dam sempre que não se lembram dos pormenores. Nunca se auto-incriminem. Nunca prestem informação voluntariamente”. É isso que tem acontecido. No BPN, os administradores executivos dizem que não se lembram sequer uns dos outros, quanto mais do que quer que tenham feito em duas décadas de roda livre de governos PSD e PS, em que os dinheiros do BPN andaram por contas de partidos e por praças com tradições de grande ética financeira como Marrocos, Líbano e as Ilhas Cayman.

As transcrições das audições em Comissão Parlamentar do caso BPN parecem decalques das actas do Congresso Americano nos inquéritos de Watergate, tal é a profusão dos “não-me-recordo” e “não-o-conheço”. Portanto, em qualquer das três eleições, um voto no BPN pode equivaler a apoiar algo que ainda está de facto por explodir, mas que explodirá quando Nuno Melo, João Semedo ou Honório Novo chegarem à fase de indagar sobre a participação dos serviços do BPN em processos eleitorais do passado presente.

Com o BPN em fase pré-explosiva, o Freeport en-



FRANCISCO PROVIDÊNCIA

trou na etapa pré-implosiva. Entre segredos de justiça e avales oficiais de inocência (surpreendentes para processos em segredo), a respeitabilidade do edifício judicial de investigação cai sobre si própria atingindo o absurdo das concomitantes “investigações sobre a investigação”.

Daqui a questão: vota-se Freeport ou BPN? O voto no BPN já se sabe quanto nos custou. Entre as clemências tributárias no governo de Cavaco Silva e as compras de empresas tecnológicas nesse conhecido centro de ciência avançada que é Puerto Rico, os portugueses já desembolsaram 1,8 mil milhões de euros para pagar as megalomanias de dois membros do núcleo duro político do actual presidente da República.

O voto no Freeport ainda não se sabe quanto vai custar. De facto, até há o aspecto estranhíssimo do Freeport ser um completo e assumido desastre comercial. Para quê, então, gastar tanto milhão a alterar uma reserva da natureza que era, por ordenamento, inalterável? Era bom fazer esta pergunta antes do Freeport implodir para tentar compreender o que é que virá depois da implosão. Pelo sim pelo não, enquanto não houver respostas, acho que é altura de fugir destas grandes superfícies, senão acabamos esmagados por elas.



NACIONALIZAÇÃO

BPN define metas para motivar colaboradores contra a incerteza futura

Gestão de Francisco Bandeira quer que o banco alcance o nível médio do mercado em depósitos, clientes e produto bancário

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

A administração do Banco Português de Negócios (BPN) definiu um plano de objectivos comerciais para a instituição alcançar até 2011, apesar de o Ministério das Finanças ainda não ter decidido que destino vai dar à instituição nacionalizada em Novembro do ano passado. Apesar de não ter garantias de que vai ser responsável pelo cumprimento destas metas, a equipa de Francisco Bandeira decidiu avançar com este plano, divulgado na sexta-feira pela Lusa, por forma a motivar os colaboradores.

“Os colaboradores têm que ter um rumo, têm que saber o que têm para fazer. Se não se quantificarem metas, não se consegue medir o desempenho, não se consegue diferenciar, nem se consegue premiar”, justificou fonte da instituição ao **Negócios**. O objectivo da administração “é gerir o BPN como deve ser gerido qualquer banco, apesar das limitações da situação actual”, adiantou o mesmo responsável.

As dificuldades financeiras que motivaram a nacionalização e o facto de ainda não se saber que destino é que o Governo vai dar ao banco são, neste momento, as principais condicionantes que se colocam ao banco. Ao que o **Negócios** apurou, o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, está ainda a aguardar as avaliações ao BPN encomendadas à Deloitte e ao Deutsche Bank. Só depois de receber as avaliações é que o Governo tomará uma decisão sobre o que fazer ao banco. Em cima da mesa está a reprivatização do BPN, a sua integração na Caixa Geral de Depósitos (responsável pela gestão), com desaparecimento da marca, ou a sua manutenção tal como está para posterior alienação.

Enquanto o accionista Estado não toma decisões, os colaboradores do BPN estão comprometidos em colocar o banco com indicadores comerciais próximos da média do sector, objectivo principal do plano “Yes We Can”, elaborado pela gestão. O objectivo é alcançar um rácio de clientes por balcão próximo dos dois mil clientes (contra

Francisco Bandeira | Enquanto a tutela não decide o que fazer ao BPN, o presidente tenta geri-lo da mesma forma que se gere outro banco.



Teixeira dos Santos | Ministro das Finanças só decidirá que destino dar ao BPN depois de ter as avaliações da Deloitte e do Deutsche Bank na mão.

apenas 1.080 actuais) e um produto bancário por agência de 1,8 milhões de euros (actualmente ronda os 510 mil euros) até 2011.

Já este ano, segundo noticiou a Lusa, o BPN pretende terminar o exercício com 2,63 mil milhões de euros em depósitos a prazo. Esta meta implicará recuperar 80% dos mil milhões de euros perdidos nos últimos meses, na sequência da redução das taxas de remuneração deste tipo de aplicações. Outro dos objectivos é aumentar o número de clientes em cerca de 20%, por forma a chegar ao final de 2009 com mais de 310 mil. Dos quase 55 mil novos clientes, cerca de metade deverá ter um cartão de crédito, prevê o plano “Yes We Can”.

O ministro das Finanças está ainda a aguardar as avaliações ao banco para tomar uma decisão sobre o BPN



CASO BPN ■ DIRECTOR JURÍDICO CONTRARIA VERSÃO DO ANTIGO MINISTRO



PEDRO APERTIA/JORNAL DE NEGÓCIOS

■ O **con-**
se-
lheiro de Es-
tado foi **ouvi-**
do na **comis-**
são de inqué-
rito parla-
mentar ao
BPN no dia 27
de Janeiro.
Os deputados
vão marcar
uma segunda
audição para
esclarecer
contradições
e omissões
existentes no
discurso de
Dias Loureiro

Loureiro volta a ser 'apanhado'

■ **Novas** **contradições** sobre o papel do **Conse-**
lheiro de Estado no **crédito** pedido por **El-Assir**

● **DIANA RAMOS**

O depoimento de Dias Loureiro à comissão de inquérito ao BPN é novamente posto em causa pelas palavras do director jurídico do banco, Armando Pinto Fonseca. O papel do actual conselheiro de Estado, então administrador da SLN, na negociação de um empréstimo a El-Assir, tido como o seu "amigo libanês", é alvo de várias contradições.

Dias Loureiro garantiu aos deputados que "ele [El-Assir] apareceu repetidamente com um advogado e disse que estava a negociar um empréstimo no BPN".

Certo é que Armando Fonseca

Pinto, advogado e à época administrador do BPN para as questões jurídicas, revelou na comissão de inquérito, em resposta ao BE, que o empresário libanês "foi falar com Dias Loureiro" à sede do grupo, em Lisboa, tendo o encontro tido lugar no gabinete do ex-governante. Só os três estiveram presentes, disse.

"Foi o dr. Oliveira e Costa que me pediu para ir à reunião", explicou Fonseca Pinto, adiantando que o conselho de administração do BPN "não sabia o que ele [El-Assir] lá ia fazer". "Eu tinha instruções de que se fosse para conceder crédito não haveria crédito." Segundo o ex-administrador "a reunião durou menos de cinco minutos". "Disse logo que não havia financiamento.

Fui dispensado e não sei se ficaram lá mais tempo ou não."

ALERTA PARA GARANTIAS

A 27 de Janeiro, Dias Loureiro apresentou uma versão distinta. "Nessa altura, intervim – apesar de não ser nada comigo –, alertando o dr. Oliveira e Costa e o dr. Francisco Comprido para a questão das garantias reais", necessárias à atribuição do empréstimo, relatou. "E eu nem sequer pensava que ele precisasse de

fazer um único empréstimo." Segundo Fonseca Pinto, a operação não chegou a concretizar-se, mas foi necessário ir a Madrid fazer um registo de hipoteca "para garantir empréstimos anteriormente concedidos" a El-Assir. ■

Ex-presidente Oliveira e Costa recusou crédito ao libanês



Este espaço tem o patrocínio de



Armando Pinto **admite** irregularidades no BPN

Director jurídico do banco revelou no Parlamento que só descobriu irregularidades no BPN após a **saída de Oliveira e Costa**. Dias Loureiro voltou a ser referido

EMANUEL COSTA
emanuel.costa@sol.pt

ARMANDO Pinto, director jurídico do Banco Português de Negócios (BPN), admitiu esta quinta-feira que houve irregularidades nas contas do banco. O antigo administrador afirmou no Parlamento que era impossível garantir os rendimentos prometidos e disse que só teve conhecimento desta situação após a saída de Oliveira e Costa. Nessa altura, com informações a surgirem diariamente, percebeu que «**podia haver problemas**» com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O nome de Dias Loureiro voltou também a ser associado aos problemas do BPN, principalmente através das ligações do libanês Abdul El-Assir ao banco. Francisco Sanches, antigo braço-direito de Oliveira e Costa na Sociedade Lusa de Negócios, afirmou que foi Dias Loureiro quem indicou El-Assir para o BPN. O amigo libanês do actual conselheiro de Estado foi 'testa-de-ferro' em negócios do banco, incluindo a polémica compra de duas empresas em Porto Rico. Armando Pinto também confirmou essa ligação e disse que participou numa reunião com El-Assir e Dias Loureiro.

O PCP quer agora esclarecer na Comissão parlamentar a ligação entre o libanês e Alejandro Agag, genro do antigo primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar. O deputado Honório Novo entregou uma lista de dúvidas para Agag sobre as suas questões no BPN, incluindo as ligações e o tipo de relação que o an-

a prometer que na próxima assembleia-geral – cuja data será definida em Abril – revelará um plano que garanta «**um futuro sustentado**» para o grupo. No entanto, o BPP continua a enfrentar a desconfiança do mercado. À semelhança da Moody's, também a Fitch veio rever em baixa o *rating* da dívida de longo-prazo do banco, afirmando ao mesmo tempo que, se não tivesse sido a ajuda do Banco de Portugal, o BPP já teria falido.

Por outro lado, também os clientes do BPP estão a tomar precauções. A Associação de Defesa dos Clientes, com 150 membros, vai propor uma fusão com a nova entidade, que reúne outros 30 a 40 associados, a Privado Clientes, sob a liderança de Jaime Antunes. O objectivo é evitar divisões e aproveitar a ligação privilegiada de Jaime Antunes junto da administração da Privado Holding.

Mas nem tudo foram más notícias na banca nacional. Num estudo da revista norte-americana *Global Finance*

divulgado esta semana, a Caixa Geral de Depósitos surge como a 36ª instituição financeira mais segura do mundo, num *ranking* de 500 bancos analisados. E o Banco Espírito Santo foi considerado o melhor banco a operar no mercado português.



JOSÉ SÉRGIO

Quando Oliveira e Costa saiu, Armando Pinto percebeu que 'podia haver problemas com a CMVM'

tigo assessor do banco teve com El-Assir e se este acompanhou os seus negócios de armas.

Esta semana também trouxe novidades sobre o Banco Privado Português (BPP), com a administração da Privado Holding, dona do banco,

BPN

Comissão de inquérito poder vir a ser suspensa

➔ Se houver atraso no processo de decisão sobre o levantamento do sigilo bancário, a comissão parlamentar de inquérito às condições ao BPN pode ser suspensa.

A proposta, aceite pelos coordenadores de todas os partidos, foi apresentada pelo comunista Honório Novo, com o argumento de não haver o risco de o prazo legal de vigência dos trabalhos da comissão, já prolongado por mais 90 dias por sugestão do CDS-PP, expirar antes de o Tribunal da Re-

lação tomar a decisão. O sigilo bancário foi utilizado como argumento para o silêncio por algumas das pessoas chamadas a depor, nomeadamente por responsáveis do Banco de Portugal. Na sequência disso, o Parlamento vai pedir pareceres a dois juristas, Figueiredo Dias e Nuno Pissara (autor de uma tese de doutoramento sobre comissões de inquérito) para fundamentarem o recurso à Relação para que seja levantado o sigilo. **A.P.C.**

AR já escolheu juristas para pareceres no BPN

Parlamento. Nuno Piçarra e Figueiredo Dias vão ajudar deputados no sigilo

A Assembleia da República já escolheu os juristas Nuno Piçarra e Figueiredo Dias para a elaboração dos pareceres a serem enviados para o Tribunal da Relação a pedir o levantamento do sigilo bancário no caso do BPN. Nuno Piçarra tem uma tese de doutoramento sobre a questão das comissões de inquérito parla-

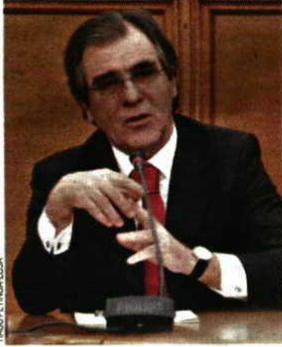
mentar, enquanto Figueiredo Dias é um penalista da Universidade de Coimbra.

Os coordenadores das várias bancadas parlamentares da comissão de inquérito decidiram já que esta poderá ser suspensa caso se mostre necessário ficar a aguardar o levantamento do sigilo para se esclarecer dados relevantes em matéria de actuação da supervisão do Banco de Portugal e sobre a posterior nacionalização do BPN.

Refira-se que existe grande expectativa em torno de uma nova ida do conselheiro de Estado Dias Loureiro ao Parlamento, uma vez que o seu nome tem sido refecido por diversas personalidades.

Na quinta-feira à noite o ex-administrador do BPN Armando Pinto admitiu ter estado numa reunião com Dias Loureiro e com o empresário libanês El-Assir. Segundo disse Armando Pinto o encontro tinha por objectivo analisar uma proposta de

El-Assir ao BPN tendo Oliveira e Costa dado instruções para que essa fosse recusada caso envolvesse pedido de novo crédito. Entretanto, a nova administração do BPN espera "alcançar em 2011 os indicadores médios do mercado" em clientes e volume de negócios, apesar de estar ainda por anunciar o futuro imediato do banco, indica um Plano Comercial. Este tem como mote "YES WE CAN" e foi apresentado aos colaboradores a 28 de Fevereiro. ■ - E. C.



Dias Loureiro



Entrevista Carlos Costa Pina

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO E FINANÇAS

“Nenhum banco recorreu ainda ao pacote de recapitalização da banca”

O secretário de Estado do Tesouro e Finanças acredita que os pacotes para a banca serão suficientes, defende a supervisão e o papel da CGD no sistema financeiro.

BRUNO PROENÇA E MARIA ANA BARROSO bproenca@economicasqps.com

O secretário de Estado do Tesouro e Finanças é hoje um dos responsáveis que tem a braços a resolução dos efeitos da crise no sistema financeiro português. Em entrevista ao Semnário Económico, fala sobre a CGD, defende a supervisão e adianta que o futuro do BPN será decidido este mês. Quanto às ajudas à banca, Costa Pina acredita que os 20 mil milhões de garantia poderão ser suficientes.

A recente polémica em torno da Cimpor trouxe de novo à discussão o que deve ser a Caixa. Não é o momento de repensar, por exemplo, a forma como o banco se envolve em negócios que por vezes têm pouco a ver com o seu core?

A Caixa não tem de ser complexos por ser um banco público. Está no mercado, com as mesmas regras que as outras instituições e não vejo porque é que deva estar inibida de conceder crédito a empresários que solicitem financiamento para a compra de participações. Todos os bancos o fazem.

Não deve também o Governo assumir sem complexos que a CGD serve os interesses do Estado?

As participações estratégicas do Estado estão perfeitamente identificadas. Seja directamente, via Parpública, ou até através da Caixa. Tirando isso, tudo o que seja a tomada de participações dentro da gestão da sua carteira é uma decisão da administração. O Estado não deve ter qualquer tipo de interferência. Porque se o fizer, não pode responsabilizar a administração.

Faz sentido criar um órgão de supervisão na CGD?

Esses conselhos fazem sentido em empresas onde haja necessidade de consertar vários interesses. Não me parece que numa actividade financeira como a da Caixa, se justifique. Há muitos outros bancos onde não há esse modelo e ninguém põe em causa a transparência. **Em que ponto estão as holdings criadas para participações da CGD e da Parpública?**

Não houve mais desenvolvimentos. Se houver caberá às respectivas administrações comunicar. **Quando será possível cotar a Parcaixa?**

Essa pode sempre ser uma

possibilidade mas não é seguramente este o momento oportuno. Não estão reunidas as condições de mercado.

O que é que cabe em cada uma das holdings?

Na Capitalpor, da Parpública, as participações em empresas sujeitas à lei das privatizações. A Parcaixa, permite uma gestão mais flexível da carteira de participações públicas e mais articulada entre Caixa e Parpública.

Mas qual é a filosofia desta Parcaixa? Libertar a Caixa da exposição às suas participações?

Tem também esse efeito. Mas permite uma gestão também mais integrada de participações que estavam repartidas.

Nenhum banco recorreu ainda ao pacote de recapitalização?

Não houve até agora nenhuma manifestação de interesse ou solicitação para que o Estado participe numa operação de aumento de capital. Quanto às garantias para emissão de dívida, já está utilizada entre um quinto e um quarto. E tem cumprido o seu papel de facilitar a concessão de crédito. No mês de Janeiro, os dados dos maiores bancos revelam um crescimento homólogo de 10% no crédito a PME e também crescimento, embora menor, às famílias.

As associações empresariais continuam a reclamar mais crédito e a um custo menor...

Percebo alguns lamentos. Mas temos de estar preparados. A situação que temos hoje é de um relativo encarecimento dos spreads. É a nova realidade com que temos de conviver.

Esse crescimento do crédito às PME não resulta das linhas

criadas com garantia do Estado? Porque os bancos têm menos liquidez...

É evidente que o facto de o Estado ter disponibilizado garantias ao financiamento pelos bancos em montante superior a quatro mil milhões terá contribuído.

Os pacotes para a banca vão chegar ou pode ser necessário algum reforço até final do ano?

Não temos a expectativa de que possa vir a ser necessário. É fundamental garantir o financiamento da economia. Se para tal for necessário modificar, alterar ou ampliar as linhas, estamos disponíveis para encarar essa realidade. Mas não vamos antecipar um problema que ainda não temos.

Os casos BPN e BPP não puseram em causa a supervisão bancária em Portugal?

A nossa supervisão é eficaz, competente e tem funcionado bem, tal como as avaliações internacionais confirmam. Seria um erro fazer disso uma prioridade política. E, nesta conjuntura, seria absolutamente inoportuno fazer alterações no sistema de supervisão em Portugal. Dito isto, as alterações que vão ser feitas a nível europeu são uma oportunidade para repensar o sistema de supervisão em Portugal, podendo melhorar-se e reforçar algo que tem funcionado. Não escondo pessoalmente que tenho alguma simpatia por um modelo dualista, em que se concentre a supervisão comportamental numa instituição e a prudencial noutra. Tendo cada uma as competências transversais a todo o sistema financeiro. ■

“

A Caixa não tem de ter complexos por ser um banco público.

Nesta conjuntura, seria absolutamente inoportuno fazer alterações na supervisão bancária em Portugal.

João Paulo Dias

Carlos Costa Pina recebeu o Semnário Económico



Futuro do BPN decidido até ao final de Março

Finanças aguardam novos dados da equipa de Bandeira e conclusão da avaliação da Deloitte.

MARIA ANA BARROSO
E BRUNO PROENÇA
mabarroso@economicasqps.com

As Finanças deverão tomar uma decisão quanto ao futuro do BPN até ao final de Março. "Conto que durante este mês esse exercício possa estar concluído", admitiu Carlos Costa Pina.

Conforme adiantou o secretário de Estado, as propostas feitas pela administração provisória do BPN estão ainda a ser analisadas, tendo sido pedido à equipa de Francisco Bandeira mais alguns dados, "designadamente do ponto de vista da quantificação das alternativas que nos foram apresentadas".

Por outro lado, falta que seja concluída a avaliação do banco pela Deloitte e pelo Deutsche Bank, "peça fundamental" para que as Finanças tomem uma decisão. O responsável não quis desvendar qual poderá ser o sentido do veredicto final do Governo.

O plano entregue pela gestão de Bandeira, no início do ano, contempla três possibilidades. Uma das hipóteses passa por integrar o BPN na Caixa. A segunda por vender o banco, em pacote (serviços centrais e rede de distribuição) e uma outra por manter o banco como estrutura autónoma durante algum tempo até que a conjuntura melhore. Isto apenas para poder vender em boas condições.

Fora de questão, como deixou já claro a equipa do BPN, está a hipótese de manter, a longo prazo, o banco autónomo mas na órbita do Estado, uma vez que a instituição não é viável economicamente.

BPP "É UM CASO DIFERENTE"

A propósito do Banco Privado Português (BPP), que sofreu no final do ano passado uma intervenção por parte do Banco de Portugal, Carlos Costa Pina admitiu tratar-se de "um caso diferente pelo perfil da actividade do banco".

O secretário de Estado explicou que o que o Governo procurou salvaguardar "foi a segurança de depósitos". E que não era possível "pedir ao Estado que crie um precedente que seria perigosíssimo, que é o de garantir todas e quaisquer aplicações em que todos os investidores tomam risco nas aplicações que fazem".

"Porque então dificilmente podemos traçar uma linha de fronteira e saber onde é que podemos parar", acrescentou.

Depois de ter garantia para uma injeção de liquidez, de 450 milhões de euros, feita no ano passado ao BPP por seis bancos, para fazer face às responsabilidades com depósitos, as Finanças deixaram claro recentemente que não haveria novos apoios do Estado. "O Governo entende que não cabe ao Estado substituir-se ao BPP ou aos seus accionistas na assunção de responsabilidades decorrentes dessas relações contratuais, para solucionar um problema associado à gestão de fortunas pessoais", lia-se no comunicado feito a 23 de Fevereiro.

Questionado sobre o facto de muitos clientes terem subscrito produtos de capital garantido, alegadamente sem risco, Costa Pina disse apenas que "podemos ter, no mercado de capitais, instrumentos com capital garantido, como obrigações; mas não deixam de ser obrigações".

Quanto aos casos de clientes que terão subscrito estes produtos julgando tratar-se de depósitos a prazo, o responsável referiu que "essa situação merece acompanhamento por parte do Estado e do Banco de Portugal; se as pessoas demonstrarem que se trata de depósitos, é evidente que não podem ser discriminadas".

“

Conto que durante este mês esse exercício [futuro do BPN] possa estar concluído.

PRIVATIZAÇÕES

CALENDÁRIO PARA 2009

"Nunca assumimos compromissos quanto ao calendário; não excluo que possam ter lugar este ano; mas só assim será se verificarmos que há condições para o fazer; se vimos que há vantagem em adiar, teremos que ponderar; no limite, pode ser mais conveniente esperar mais algum tempo e fazer uma operação em melhores condições e com efeitos mais positivos".

PRIVATIZAÇÃO DA ANA

"Não devemos ter pressa no trabalho de avaliação da ANA e na realização de uma alienação mas focar sobretudo no projecto do novo aeroporto, porque isso influencia a avaliação da ANA".



numa altura conturbada para o sistema financeiro em Portugal.

“Nenhum banco pediu para o Estado participar num aumento de capital”

Carlos Costa Pina, secretário de Estado do Tesouro, garante em entrevista que nenhum banco pediu para aderir ao pacote de recapitalização. Quanto ao BPN, espera ter uma solução ainda este mês. | **P34 e 35**





09.03 > 13.03

09.03 Banif e Fortis apresentam resultados de 2008

A semana inicia-se com a apresentação dos resultados do Banif, referentes ao ano anterior. Isto numa altura em que o banco, liderado por Horácio Roque, vai pedir aos accionistas uma autorização para reforçar o capital em até 500 milhões, de forma a manter o crescimento orgânico do banco e respeitar as novas regras do Banco de Portugal. Ainda na Europa é dia também do Fortis apresentar os resultados de 2008.

Actualmente estão a decorrer conversações entre o BNP Paribas e o governo belga sobre os detalhes do desmembramento do grupo financeiro da Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Recorde-se que, em Outubro do ano passado, o Fortis foi separado pelos governos dos três países.

10.03 Comissão de inquérito do caso do BPN

A comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, liderada por Maria de Belém Roseira ouve às 15h Leonel Mateus, um dos membros dos órgãos sociais da Planfin, Serviço de Planeamento Financeiro Internacional. Relembre-se que João Carvalho das Neves, antigo administrador da SLN, 'holding' que detinha o BPN antes da nacionalização, referiu no Parlamento que a Planfin era a empresa responsável pela "criação, planeamento e arquitectura das 'offshores' da SLN e BPN". Ainda neste dia, os deputados da comissão vão inquirir António Coelho Marinho, antigo administrador do BPN. Esta audição está marcada para as 17h30.

11.03 Comissão de Orçamento e Finanças

O Ministro de Estado e das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos vai neste dia ser ouvido no Parlamento. No âmbito da Comissão de Orçamento e Finanças, a audição de Teixeira dos Santos é sobre a Conta Geral do Estado de 2007 e outros assuntos. Neste mesmo dia, o departamento de energia dos EUA dá a conhecer as reservas de combustível daquele país. Isto numa altura em que os preços do crude se encontram em alta, devido a sinais de que os cortes de produção da OPEP estejam a limitar os fornecimentos às refinarias. Segundo os peritos, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) vai reduzir os seus fornecimentos em 1,9% até dia 21 de Março.



PLANO TEM COMO LEMA "YES WE CAN" DE BARACK OBAMA

Francisco Bandeira quer BPN em linha com o mercado

O presidente do BPN delineou o plano comercial do banco para este ano, onde revela que prevê alcançar em 2011 os indicadores médios do sector.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES

ssimoes@economicasqps.com



Francisco Bandeira, presidente do BPN, assinou o plano comercial, que tem como mote "Yes we can", a 28 de Fevereiro. O plano já foi apresentado à rede comercial.

"Yes we can". Inspirado no lema apresentado pelo presidente dos Estados Unidos na recente campanha eleitoral, o presidente do BPN apresentou aos colaboradores da rede de agências do banco os objectivos traçados para a instituição. O "plano de dinamização comercial 2009", datado de 28 de Fevereiro e assinado por Francisco Bandeira, constata que o "desempenho negativo do BPN é uma realidade" e estabelece como meta "alcançar em 2011 os indicadores médios do mercado".

Assim, para além de uma reflexão sobre o desempenho do banco, o vice-presidente da CGD - nomeado pelo Governo para liderar o BPN após a nacionalização - traça objectivos nos mais variados itens, de acordo com a agência "Lusa". No que se refere aos depósitos a prazo, e

"tendo em conta a alteração no modelo de negócio" após nacionalização, a administração contabilizou perdas de mil milhões de euros. Recorde-se que o BPN oferecia taxas de remuneração muito superiores à média de mercado. Contudo, o plano prevê que "com a nova dinâmica comercial, essa perda poderá situar-se em 197,2 milhões".

Com o objectivo de chegar ao final do ano com 2,63 mil milhões de euros aplicados em depósitos a prazo, cada comercial deverá angariar uma aplicação de 25 mil euros, de cinco em cinco dias, ou seja 32.868 depósitos (mais 51%) até Dezembro.

A administração de Bandeira quer também conquistar 54.780 novos clientes (mais 21%), passando dos actuais 256 mil para 311 mil. Por outro lado, o plano prevê que metade destes

novos clientes adiram a cartões de crédito BPN, passando dos actuais 20.777 cartões de crédito para os 48.167. Assim, nos cartões o BPN quer registar um aumento de quase 132%, enquanto nas conta ordenado pre-

O plano refere que o negócio por cada comercial do BPN foi de metade da média do mercado e um quarto face ao 'benchmarking' do mercado, a CGD.

tende um acréscimo de 212%.

Os dados de 2007, em que o planeio se baseia, mostra que o negócio por cada comercial do BPN foi de metade da média do mercado e cerca de um quarto face ao 'benchmarking' do mercado, a CGD. Por exemplo, no produto bancário por agência, a média do mercado é de 1,835 milhões, enquanto no BPN é de 510 mil euros. Daí que, para além de aumentar a produtividade por comercial, o BPN queira dispensar 92 colaboradores, passando para um total de 965.

Apesar da delineação deste plano, a verdade é que o futuro próximo do banco ainda está em aberto. Francisco Bandeira apresentou três propostas ao Governo para o futuro da instituição nacionalizada, sobre as quais o executivo ainda não se pronunciou. ■



Entrevista João Salgueiro, ao *Diga Lá*, *Excelência do PÚBLICO*, RR e RTP 2

“Inicialmente, o BCE não interpretou bem a crise”

O economista diz que temos vivido a crédito nos últimos tempos, com o país a endividar-se entre oito e 10 por cento, ano após ano

Cristina Ferreira e Graça Franco (RR)

● O presidente da Associação Portuguesa de Bancos diz que tem sido dada muita atenção às finanças públicas, esquecendo-se a competitividade. E, assim, lá se vai a convergência com a Europa.

A semana foi marcada pela descida da taxa de referência do BCE. Com os juros a 1,5 por cento, ainda resta alguma margem de manobra para o banco central restaurar a confiança no sistema?

João Salgueiro - Resta, porque a taxa pode baixar ainda mais 100 pontos base. E 0,5 é mau, mas é aceitável. É mau, pois a partir de um certo limiar a influência que a política monetária tem é escassa. O BCE não interpretou bem a crise inicialmente. Todos nos lembramos que, em Junho passado, a taxa ainda subiu, quando todos já dizíamos que os juros deviam baixar. Mas o que é essencial para restaurar a confiança não é descida da taxa de juro. Não estamos a defrontar uma crise financeira só. Esta crise tem de ser analisada em vários planos, nomeadamente pelo da falta de confiança. Uma coisa que não é bem compreendida é

40% Na China, a taxa de poupança é de 40 por cento, enquanto na Europa é menos de 10 por cento e nos EUA chegou a dois por cento

que os bancos são intermediários entre quem empresta e quem pede emprestado.

Para aqueles que viram nos últimos meses do ano passado a sua prestação da casa subir e o seu rendimento disponível descer....

O BCE levou semanas e semanas a perceber que o mercado interbancário não funcionava. E este mercado deixou de funcionar por falta de confiança. A confiança perdeu-se não tanto em relação aos bancos, mas em relação aos instrumentos financeiros que estavam a ser utilizados, pois muitos que foram vendidos nos EUA tinham muito pouco valor.

Pode explicar por que razão a taxa Euribor desce e os bancos

sobem os *spreads*?

Os *spreads* aumentam porque há mais risco. Há risco de desemprego, dos salários poderem ser congelados ou reduzidos. E aquilo é um prémio de risco. O que acontece é que quando as empresas estão em situação afluente, não é o crédito que as vai ajudar. A única entidade que pode dar subsídios é o Estado, porque pode impor receitas aos cidadãos. O dinheiro que chega aos bancos voluntariamente, as pessoas põem lá o dinheiro se quiserem, e não querem que seja mal empregado.

As PME têm razão quando criticam os bancos por não as financiarem?

Os inquéritos revelados pela CIP e pela CCP não nos revelam isso. A grande preocupação das empresas é a falta de procura e o atraso nos pagamentos. O crédito vem a seguir. Agora, há empresas com grandes dificuldades de crédito, mas não é a opinião geral. E isso distingue entre bom risco e mau risco e é isto que está a acontecer de uma forma muito mais aguda do que antes.

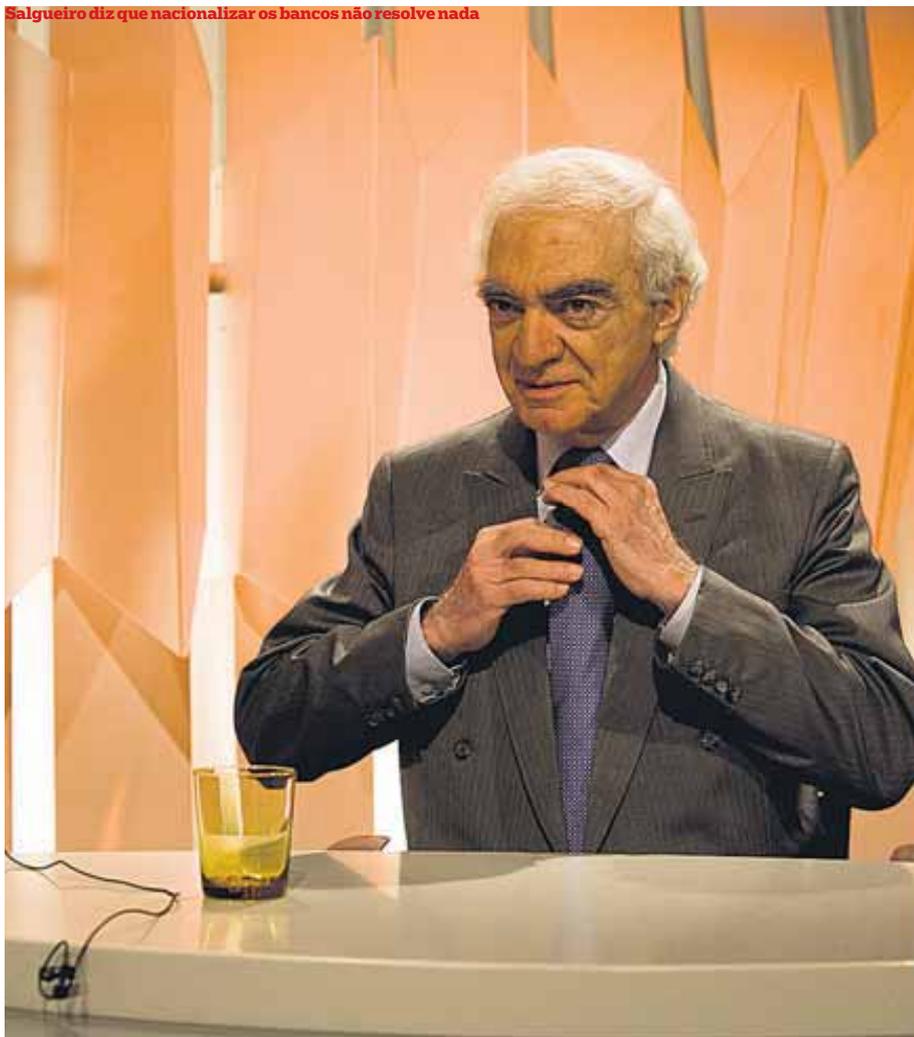
A nacionalização da banca podia transformar os bancos em verdadeiros instrumentos de política económica, mesmo que isso se fizesse por um período curto?

Em Inglaterra foram quase todos nacionalizados, mas o problema mantém-se. Não é isso que vai transformar o risco de uma pessoa que precisa de dinheiro em crédito fácil. O que o Estado podia ter feito logo era pagar o que deve, porque era dinheiro que entrava logo nos circuitos.

Acha que os problemas de liquidez se vão manter por muito mais tempo?

Acho que sim. Porque, como disse, num plano temos a crise financeira, e logo por baixo dessa temos uma crise ainda mais importante, que é a alavancagem em que o sistema mundial funcionou. O que é que quero dizer? Temos vivido a crédito nos últimos anos, nos EUA, na Europa. Na China e no Japão, a poupança é enorme. Na China, a poupança é de quase 40 por cento, na Europa é de menos de 10 por cento, nos EUA chegou a dois por cento e estava em risco de se tornar negativa. As pessoas estão a viver a

Salgueiro diz que nacionalizar os bancos não resolve nada



Bancos com problemas

Supervisão não substitui auditores e gestores

Como avalia os problemas de supervisão que se verificaram no BCP, no BPN e no BPP?

Em primeiro lugar, todos tinham as contas certificadas por auditores internacionais. E tinham um conselho de administração e um conselho fiscal com pessoas credíveis. A supervisão não se substitui a nenhum deles. O BdP tem que acompanhar os rácios de solvabilidade dos bancos. Neste momento, só há investigações públicas ao BPN. E isso é um caso de polícia, pois aparentemente havia três bancos em vez de um.

Concorda com a solução do Governo para resolver os problemas no BPP?

Falo a título pessoal, pois não tenho os *dossiers* nas mãos. O BPP era um banco para gestão de risco e as pessoas investiam lá. Acho bem a intervenção, pois chegou-se a um ponto em que o banco não tinha liquidez para cumprir os seus compromissos. Porventura, o BPP não teria tido os problemas se não fosse

a crise financeira internacional. Outra questão é saber se se deve discriminar entre pequenos aforradores e outros? Deve, mas desde que o perfil das aplicações configure depósitos. Se as remunerações forem semelhantes às dos depósitos deve haver equiparação, embora juridicamente não o fosse. É preciso bom senso e há situações diferentes.

Havia condições para o BPP oferecer aquelas remunerações aos clientes?

Havia. A especulação financeira. Vários fundos de investimento ofereciam aquelas remunerações. As comissões de inquérito parlamentar a bancos, BCP e BPN, têm sido esclarecedoras? Não percebo qual a razão por que existem. Nem podem ser esclarecedoras.

O secretário de Estado Costa Pina afirmou que não via razão para a CGD não ter financiado clientes para entrarem na luta de poder pelo controlo do BCP. Concorda?

Substancialmente concordo.

crédito nos últimos dez anos. Não é só um problema de confiança, mas de ajustar os níveis de despesa aos níveis de produção.

Esteve, quando foi ministro das Finanças, no centro da última grande crise de pagamentos portuguesa. O que deve ser feito para resolver a crise?

Mas para perceber, convém antes ver a causa do que se está a passar. Temos estado a viver de crédito, com o país a endividar-se todos os anos entre oito e 10 por cento, ou seja, gastamos mais do que produzimos. O mesmo se passa com os EUA, a Espanha, a Grécia. Mas há outros países que têm excedentes, como a Alemanha, a China, a Holanda, a Áustria. Porque é que isto acontece? Por falta de competitividade ou excesso de despesa. Como é que isto se ultrapassa? Tornando mais eficaz a economia. Mas, se não o conseguirmos, temos que reduzir a despesa.

Os governos, e este não é excepção, dizem que vão introduzir reformas, para aumentar a competitividade. Mas sem resultado.

Esta crise era anunciada não só em Portugal, mas no mundo. O que nos diziam era que éramos pessimistas. Os alertas foram muitos, mas não foram ouvidos. Várias vezes alertei



RUI GAUDÊNCIO

que estávamos a dar atenção ao controlo das finanças públicas, mas não estávamos a dar a mesma atenção à competitividade, que é um problema estrutural. Fixaram-se metas para o equilíbrio das finanças públicas, mas não para a criação de postos de trabalho e para a capacidade de exportar. É claro que o Estado não pode exportar, mas pode saber se está a actuar bem ou mal.

Faltou planeamento?

Faltou estratégia. O objectivo da política portuguesa quando entrámos para a União Europeia era convergir a 30 anos com a média dos concorrentes. É um objectivo modesto e não o estamos a cumprir. Há oito anos que divergimos em relação à Europa. Não é aceitável. Provocou alguma comoção entre os portugueses saber que estavam a andar para trás? E não foi nos últimos dez anos. Já andamos a acumular défices sucessivos, em termos de perda de quota de mercado, de ter menos investimento do que devíamos, a não criar postos de trabalho em número suficiente. Tem que haver uma mudança. E não é por falta de confiança ou falta de liquidez. Andamos há anos a falar na necessidade de mudar o nosso perfil de especialização e a nossa posição no comércio mundial mas não se fez nada.

Supervisão financeira

“Banco de Portugal tinha mais poderes do que tem agora”

Cristina Ferreira

● **A crise mundial não é cíclica, mas de mudança de paradigma. Podemos estar a assistir à queda dos alicerces dos modelos económico e financeiro tal como têm existido?**

Não necessariamente. Mas não podemos continuar a viver com estes desequilíbrios, com a China a pagar o desequilíbrio americano, ou a Alemanha a pagar para os desequilíbrios da Espanha, de Portugal ou da Grécia.

O que se pode fazer então?

Desde que entrámos na UE deixamos de ter uma verdadeira política agrícola.

Vamos a tempo de ter?

Tem que se ter. É crível que tenhamos de importar cebolas, batatas e alhos. Não se pode produzir em Portugal mais? Não temos uma política de pescas, andamos a reduzir a nossa frota de pescas. A Espanha aumentou-a.

Cavaco Silva considerou as falhas na supervisão do sistema financeiro. Partilha da opinião?

Sim e essa é a quarta crise. Há uma crise financeira, uma de reconfiguração da economia mundial, pois pensou-se que a revolução industrial na China não ia ter consequências nos EUA e na Europa, e tem imensas e que não estão assumidas. Depois temos em Portugal uma crise agravada, pelo pior desempenho do que o resto da Europa e ele não acabou por causa da crise financeira. E este é o nosso maior problema. E temos ainda uma crise de valores e de atitudes. E esse estilo não foi clandestino. As pessoas compravam partes nos fundos de investimento que davam maiores remunerações no curto prazo, procuravam lucros imediatos. Estamos a viver num clima em o que conta era o consumismo. E as pessoas acham que têm uma vida melhor quanto mais consomem e endividar-se não é mau, porque a curto mau não é mau. Quem tenha outra escala de valores não se endividava tão facilmente.

Como é que se vai reformular a arquitectura da governação do sistema financeiro?

Podemos dar a volta à crise lançando mais liquidez no mercado e criando mais confiança no sistema financeiro com alguma regulação mais exigente. Mas o problema económico de base continua. Vamos voltar ao nível de endividamento que estávamos a viver antes? Não é impossível, mas então vamos ter uma crise mais tarde. Não imaginem sequer que a resolução para muitos anos passa só pela regulação do sistema. Repare que as reformas que se fizeram nos últimos anos: a UE, e não só, teve grande papel nisto ao mudar as regras dos reguladores. O BdP tinha muito mais poderes antes do que tem hoje.